



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 285-A, DE 2008, DO SR. PAULO TEIXEIRA, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS PARA DISPOR SOBRE A VINCULAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS AOS RESPECTIVOS FUNDOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL". **(FUNDOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL)**

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 285-A, de 2008, do Sr. Paulo Teixeira, que “acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social”, opinou unanimemente, em reunião ordinária realizada hoje, pela aprovação com Substitutivo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 285-A, de 2008, nos termos do parecer do Relator.

Participaram da votação os Deputados André Vargas, Arnaldo Jardim, Júlio Cesar, Luiz Carlos Busato, Luiza Erundina, Paulo Teixeira, Renato Amary, Waldemir Moka, e Zezéu Ribeiro, titulares; Chico da Princesa, Edinho Bez, Fernando Chucre, Janete Pietá, Jorginho Maluly e Pedro Eugênio, suplentes.

Sala da Comissão, em 13 de outubro de 2009

Deputado RENATO AMARY

Presidente

Deputado ZEZÉU RIBEIRO

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

Acrésceta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos fundos de habitação de interesse social.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT passa a vigorar acrescido do seguinte art. 96:

"Art. 96. Durante o período de vinte anos, ou até a eliminação do déficit habitacional, serão destinados, pelas respectivas leis orçamentárias anuais, recursos aos fundos de habitação de interesse social, na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios em conformidade com o seguinte:

I – na União: no mínimo dois por cento do produto da arrecadação dos impostos, das contribuições de intervenção no domínio econômico, das contribuições sociais, excetuadas as contribuições sociais patronais e dos trabalhadores para o Regime Geral de Previdência Social, a contribuição social para a previdência dos servidores públicos e a contribuição do salário-educação, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos da Constituição;

II – nos Estados e no Distrito Federal: no mínimo um por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios, nos termos da Constituição;

III – nos Municípios e no Distrito Federal: no mínimo um por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º.

§ 1º Não se aplica a vedação de que trata o inciso IV do art. 167 da Constituição ao disposto neste artigo.

§ 2º A parcela de que trata o inciso I do *caput* deste artigo será calculada, mensalmente, sobre o produto da arrecadação dos impostos, das contribuições sociais e das contribuições de intervenção no domínio econômico, descontadas apenas as transferências constitucionais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para fins de efetivação dos créditos aos fundos de habitação de interesse social.

§ 3º As parcelas de que tratam os incisos II e III do *caput* deste artigo serão calculadas, mensalmente, sobre os recursos respectivos, para fins da efetivação dos créditos aos fundos de habitação de interesse social do Distrito Federal, de cada Estado e de cada Município.

§ 4º Os recursos destinados na forma do *caput* deste artigo e seus incisos, mas não aplicados no exercício, assim como os derivados de acréscimos sobre a arrecadação estimada, serão levados a crédito dos fundos respectivos para emprego nos exercícios subsequentes.

§ 5º Os Municípios com menos de vinte mil habitantes ficam dispensados de instituir fundo de habitação de interesse social próprio, mantida a obrigatoriedade da destinação dos recursos previstos no inciso III do *caput* deste artigo para a função habitação.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos orçamentários e financeiros a partir do orçamento relativo ao exercício subsequente ao da sua promulgação.

Sala da Comissão, em 13 de outubro de 2009

DEPUTADO RENATO AMARY
Presidente

DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO
Relator